



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

ISSN 1645-9369

NIGP

Núcleo de Investigação em
Geografia e Planeamento

GEO-Working Papers



NIGP – Universidade do Minho. Campus de Azurém – 4800-058 Guimarães

Tel.: 351-253 510 560 — Fax: 351-253 510 569

geowp@geografia.uminho.pt

<http://www.geografia.uminho.pt/wp.htm>

“Desde a ideia de oferta de emprego ao geógrafo a partir da imprensa: o caso do semanário *Expresso* (2001/05), enquanto periódico de expansão nacional”

*Miguel Melo Bandeira
Agostinho Vassalo*

SÉRIE INVESTIGAÇÃO 2009/18

“Desde a ideia de oferta de emprego ao geógrafo a partir da imprensa: o caso do semanário *Expresso* (2001/05), enquanto periódico de expansão nacional”

Miguel Melo Bandeira

Agostinho Vassalo

Miguel Melo Bandeira é Professor Associado no Departamento de Geografia da Universidade do Minho e investigador do Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) e do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS). É Doutorado em Geografia Humana e desenvolve actualmente investigação no âmbito de temáticas relacionadas com a Geografia Urbana e o Urbanismo, a Geografia Cultural/Histórica, o Património Cultural e Natural, o Planeamento e Ordenamento do Território e a História Moderna e Contemporânea.

Agostinho Vassalo é geógrafo, licenciado em Geografia e Planeamento pela Universidade do Minho.



Núcleo de Investigação em
Geografia e Planeamento

Ficha Técnica

Título: **Geo-Working papers**

Propriedade e Edição: Núcleo de Investigação em
Geografia e Planeamento

Editor: António Vieira

ISSN: 1645-9369

ISSN (versão em linha): 1647-595X

Número de exemplares impressos: 40

Publicação on-line:

www.geografia.uminho.pt/

Os “**Geo-Working papers**”, editados pelo Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento, são uma publicação científica periódica esporádica com duas séries: Série Investigação e Série Educação. A primeira Série está vocacionada para publicações científicas dos investigadores do NIGP e dos professores visitantes do Departamento de Geografia da Universidade do Minho. A segunda Série destina-se a publicações com um carácter predominantemente pedagógico, orientadas para o apoio às actividades lectivas do Departamento de Geografia da Universidade do Minho. As opiniões e conceitos emitidos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. Os “**Geo-Working papers**” têm uma edição limitada em papel, sendo publicados em edição electrónica, de acesso livre, no site do NIGP.

Desde a ideia de oferta de emprego ao geógrafo a partir da imprensa: o caso do semanário *Expresso* (2001/05), enquanto periódico de expansão nacional

Miguel Melo Bandeira¹

Agostinho Vassalo²

Resumo

Trata-se de um ensaio de investigação em Geografia das Actividades Terciárias realizado a partir da convicção hipotética da existência de oferta de emprego para Geógrafos através da imprensa escrita. Tendo os primeiros dados revelado o enunciado como marginal, prosseguiu-se a pesquisa estendendo a análise às ofertas de trabalho e emprego qualificadas que estão ligadas à intervenção no território, muito particularmente ao planeamento e ao ordenamento. Saliencia-se, assim, a vantagem de se poder "medir" a distância da empregabilidade do Geógrafo às ofertas das formações académicas e profissionais afins. Depois de se perscrutar o enquadramento da profissão de Geógrafo, recorrendo, sobretudo, às suas asserções formais, passou-se ao desenvolvimento do estudo, o qual envolveu a pesquisa dos anúncios específicos no semanário *Expresso* entre os anos de 2001/2005. Pretendeu-se com este critério, abarcar as perspectivas liberais objectivas da oferta de emprego dos primeiros cinco anos de formatura do Curso de Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.

Palavras-chave: profissão - geógrafo; saídas profissionais; emprego - jornais; geografia das actividades terciárias; engenheiros civis; arquitectos; jornal *Expresso*.

Abstract

This paper is an essay on Services Activities Geography, conducted on the basis of the hypothetical belief that job offers for Geographers, on the printed mass

¹ - Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade do Minho e Investigador dos Centros de Investigação: Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) e do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS); Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga PORTUGAL. Tel. 00-351-253-604-280; Fax. 00-351-253-604-697; bandeira@ics.uminho.pt

² - Geógrafo. Finalista, no ano lectivo 2007/2008, do 4º ano da licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho, com o Nº 36 640; agostinho.vassalo@gmail.com

media, do exist. Given the fact that the elementary data gathered revealed the above mentioned hypothesis to be only marginal, the research continued by enlarging the spectrum of analysis to the qualified-job offers which are, somehow, related to interventions in the territory, in particular those associated with its planning and arrangement. The advantage of being capable of “measuring” the distance between employability of the Geographer and the affiliated academic and professional studies is, therefore, highlighted. After examining the professional framing of the occupation as Geographer, recurring, mainly, to its formal assertions, we advanced to the development of the study, which included a research of specific ads on the newspaper *Expresso* within the timeframe of 2001/2005. The purpose of following this criterion is to include the objective liberal perspectives of job offers of the first five years after graduation on the Geography and Planning major at the University of Minho.

Key-words: occupation - geographer; professional prospects; newspapers - job; service activities geography; civil engineers; architects; *Expresso* newspaper.

Considerando prévio

Decorrida que foi a primeira década de implementação da Licenciatura em Geografia e Planeamento na Universidade do Minho, iniciada em 1996/1997, para além de todos os eventos académicos celebrativos que a data merecidamente convocaria, afigurou-se igualmente pertinente perscrutar as incidências profissionais e profissionalizantes que este curso universitário pode hoje evidenciar, sobretudo, num tempo que é cada vez mais de demanda, mas também iminente devassador, de resultados neste plano de solicitudes. Mais do que o valor potencialmente instrumental que o presente estudo nos pode trazer, no sentido de sustentar o permanente processo de autoavaliação que se impõe, não deixa de ser simultaneamente um testemunho, ainda que segmentado na análise, oportuno de registo para a memória futura naquilo que pode ser designado como os horizontes liberais possíveis da primeira série de Geógrafos graduados do Minho.

Logo a começar a motivação e a oportunidade da pesquisa surgiram do ensejo de aproveitar os resultados de um projecto académico realizado no âmbito dos trabalhos práticos da disciplina anual de *Geografia das Actividades Terciárias*, de que os autores do presente texto, respectivamente docente e discente, realizaram no

último ano em que esta fez parte do plano curricular (2006/2007). A disciplina foi entretanto extinta devido à reformulação do curso e da sua adequação ao denominado Processo de Bolonha, inserindo-se até então no ramo de Desenvolvimento Urbano e Regional do 3º ano da referida licenciatura em Geografia e Planeamento.

Daí que a realização do estudo tenha recorrido ao universo organizacional dos alunos que a frequentaram nesse ano lectivo tomando como natural elemento de motivação a expectativa e o interesse dos estudantes em avaliar o tema das saídas profissionais em face da perspectiva de aproximação do final do curso. Saliente-se que foram precisamente os estudantes os principais subscritores da opção tomada, como ficou patente na sintomática, ainda que excessiva afirmação de um dos relatórios parcelares que, a dado passo, nos esclarece, *tínhamos todos um conhecimento de grau zero sobre este assunto*³.

Da parte da planificação docente, usando aquilo que se pode designar por “juntar o útil ao agradável” relevou-se o interesse em se proceder à desconstrução de algumas ideias preconcebidas, dignas do senso comum, trazidas e alimentadas por uma parte significativa dos estudantes dos diferentes anos da licenciatura, bem como a de confirmar (ou não) no campo do mercado de trabalho algumas das expectativas profissionais e profissionalizantes da mais diversa procedência, enunciadas à entrada do curso.

As susceptibilidades activas do Geógrafo, como não podiam deixar de ser, quer no plano profissional, quer no plano da empregabilidade, enquadram-se no sector das actividades terciárias. No caso, porém, ao contrário da generalidade dos estudos que incidem sobre a reconstituição do percurso dos jovens licenciados, isto é, o *output das saídas profissionais*, que é consubstanciado na procura destes, decidiu-se enveredar pela indagação das ofertas de emprego e trabalho. Ou seja, pretendeu-se investigar a jusante, a partir da informação recolhida na imprensa, o que, pela sua natureza e características liberais, é consensualmente tido por ser um indicador voluntário do fenómeno.

A experiência de uso deste tipo de fonte, ainda que no contexto de uma equipa alargada e com fins distintos, já houvera sido experienciada por um dos presentes autores uns anos antes, igualmente no âmbito de um projecto académico, a propósito do qual, apesar de todos os seus condicionalismos, foi claramente

³ - VASSALO, A. e MATOS, F. – “Ofertas de Emprego em Ordenamento do Território publicadas no jornal *Expresso*: ano 2002”, Guimarães, 2007, p2.

reconhecida como particularmente útil e pertinente⁴. Como então se afirmou nesse mesmo ensaio, *a quantidade de anúncios está, grosso modo, directamente relacionada com a tiragem dos periódicos. Trata-se de uma fonte espontânea que traduz a livre iniciativa do mercado de emprego, sensível aos sintomas de crescimento/recessão económica indiciando algumas tendências da oferta. Finalmente revela os critérios de selectividade no recrutamento de mão-de-obra e exprime o prestígio socioprofissional atribuído pelo senso comum*⁵.

A asserção profissional do Geógrafo

Importava, naturalmente, e como questão prévia ao cerne metodológico da investigação, definir, ou pelo menos esclarecer, a grande dúvida que os estudantes recorrentemente se auto questionam, e *que muitas vezes têm dificuldade de explicar aos seus [próprios] familiares e amigos sobre as áreas [profissionais] que poderão desempenhar no futuro e onde poderão ter alguma empregabilidade, respondendo à pergunta: afinal o que faz um Geógrafo?*⁶

Mais do que as diferentes asserções científico-epistemológicas do conceito ou o testemunho dos casos bem sucedidos que recorrentemente se recomendam, mostrava-se mais assertivo ao contexto do próprio objectivo do trabalho começar por perceber o *ethos* comum do Geógrafo e os estipulados normativos que enquadram a sua actividade. Não tanto, admita-se, pela realidade colhida do somatório do que cada um *deveria fazer* ou *vem fazendo*, fixando as competências ao Geógrafo, mas também, diga-se, e por outro lado, que a não ter existido até agora na Universidade do Minho formação de Professores de Geografia – quando que se calcula, ainda existirem em Portugal cerca de 5000 professores de Geografia (CLAUDINO, S. e OLIVEIRA, A. R., 2005) – toda e qualquer formulação de um elenco de saídas profissionais que se faça é sempre um exercício arriscado e, nos tempos do gerencialismo dominante que correm, dir-se-ia mesmo uma ameaça à própria integridade da disciplina científica.

⁴ - PACHECO, E.; NEVES, F.; SANTOS, G.; FERNANDES, M. e BANDEIRA, M. - "Avaliar o Terciário nos Jornais" – relatório de Seminário *Demogeografia Portuguesa* (policop.), sob orientação de F. Delgado Cravidão; Coimbra, 1990.

⁵ - *idibid* p2.

⁶ - VASSALO, A. e MATOS, F. - "Ofertas de Emprego em Ordenamento do Território publicadas no jornal *Expresso*: ano 2002", Guimarães, 2007, p2.

De facto, é sempre bom não esquecer, ainda que de um modo evocativo, antes mesmo do Geógrafo poder ser tido como uma profissão tal e qual hoje a concebemos, que a sua natureza imbrica numa longa tradição, à qual, Yves LACOSTE (1976) reportou à antiguidade clássica. Especificamente à etimologia dos escritos de Heródoto que, segundo o autor, era o “espião do imperialismo ateniense”, misto de viajante curioso e de audaz comerciante que relatava e historiava os lugares por onde ia passando ou deles tivesse notícia. O mais curioso, porém, é que, desde então, esse estigma geográfico assentou sempre sobre o amplexo poder perscrutador do olhar, diríamos, de uma espécie de predisposição identitária para observar, naquela pegada que hoje mais consensualmente reconheceríamos pela sua finalidade pedagógica e científica. E que, todavia, não confundamos, sendo hoje diferente, se predispõe para uma susceptibilidade profissional, ainda e contudo, à partida consagrada a um estatuto de *observador do território*, ou das outras acepções que dele quisermos fazer como sejam o espaço, a paisagem, o ambiente, a região, o *tópos*, o planeta, a nação, a Terra, etc.

Todavia há um *reverso da medalha* que decorre desta mesma condição, como acutilantemente repara P. BOURDIEU (1989) ao afirmar que ao Geógrafo não resta mais do que *contentar-se modestamente com aquilo que lhe é concedido (...), quer dizer, o pequeno, o particular, o concreto, o real, o visível, a minúcia, o pormenor, a monografia, a descrição – por oposição ao grande, ao geral, ao abstracto, à teoria, etc.* (Bourdieu; in SALVADOR, 1999: 135). Para além do contexto e do debate, o que aqui nos importa realmente é reconhecer ao Geógrafo o grande desafio que se lhe depara, o de ter de saber ousar, quiçá de transgredir da nomenclatura estreita que herdou e onde muitos se acantonaram, para conseguir navegar só ou com outras tripulações por horizontes mais vastos e diversos.

Retomando a questão inicial, e tentando responder no plano sistemático, começámos, pois, por consultar a *Classificação Nacional de Profissões* (C.N.P.) e a *Classificação das Actividades Económicas* (C.A.E.), procurando encontrar na tranquilidade normativa dos contornos formais as coordenadas que nos elucidassem sobre os esteios legais do ser Geógrafo, bem como a regulamentação – Portuguesa e da União Europeia – da actividade e da evolução que esta tem sofrido, pelo menos, desde meados do século XX até à actualidade.

Nesse sentido é esclarecedor para os presentes objectivos que se possa desfrutar da estruturação taxonómica das profissões ou actividades, bem definida e de um modo hierárquico, *que encontra diferentes vertentes de orientação e que lhe*

dão uma visão organizada e categorizada da realidade organizacional, de acordo com o seu relacionamento e de acordo com o seu grau de maior ou menor especificidade (A. VASSALO, 2008: 8).

Começando pela Classificação Nacional de Profissões (1994)⁷ a denominação de “Geógrafo” está explicitamente definida no âmbito do Grande Grupo 2: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas, com o número 2.4.4.2.20, e cuja explicação reza assim:

2.4.4.2.20 GEÓGRAFO – Estuda os elementos naturais e humanos do território no que respeita às suas distribuições espaciais e interrelações às escalas local, regional e mundial: efectua estudos sobre o ambiente natural, o povoamento, as actividades dos grupos humanos e os equipamentos sociais nas suas relações mútuas, fazendo observações directas ou interpretando e aplicando os resultados obtidos por ciências conexas tendo em vista compreender a realidade e o sentido da sua evolução; efectua estudos em diversos domínios, nomeadamente localização e distribuição espacial de infra-estruturas, população, actividades e equipamentos, ordenamento do território, desenvolvimento regional e urbano, planeamento biofísico e riscos ambientais, defesa e salvaguarda do património natural ou construído com vista ao arranjo do espaço e à melhoria da qualidade de vida das populações. Pode realizar estudos de determinada região ou ser especializado num ramo ou área de estudo da referida ciência. (C.N.P., 1994).

O teor descritivo do presente parâmetro que define as finalidades profissionais do Geógrafo não deixa ainda assim de sugerir um quadro de

⁷ - A C.N.P. constitui uma classificação sistemática das profissões para o conjunto da população activa civil a nível nacional (...). [Esta] reconhece as tarefas exercidas pelos trabalhadores nos vários ramos de actividade económica e constitui um instrumento de base para os Serviços de Estatística, Colocação, Orientação e Formação Profissionais e Regulamentação de Trabalho (...). A C.N.P. deriva do modelo da Classification International Type des Professions (C.I.T.P.), edição de 1968, publicada pelo Bureau International du Travail (B.I.T.), adoptado por diversos países, (...) permiti[ndo] a comparação, a nível internacional, de dados estatísticos sobre mão-de-obra, nomeadamente dos resultados referentes aos recenseamentos da população de vários países (...), compreende um Índice alfabético de todas as designações profissionais e um índice sistemático de todas as profissões por ordem dos respectivos números de código (...) [organizados] em sete Grandes Grupos incluindo cada um deles as profissões de algum modo ligadas pela formação exigida ou pelo tipo de actividade (...) Cada grupo-base compreende profissões que são aparentadas pelo facto das tarefas que implicam apresentarem características comuns. O grupo-base reveste-se assim de uma certa homogeneidade e as profissões que o constituem estão ligadas mais estreitamente entre elas que com as profissões classificadas noutros grupos-base. Para além da semelhança das tarefas foram utilizados, para o agrupamento das profissões num mesmo grupo-base, outros critérios, nomeadamente idênticas áreas de conhecimento, graus de formação equivalentes (...) As profissões arrumam-se, [assim] dentro de cada grupo-base, segundo o circuito de produção; (...) Uma profissão é assim definida por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes. (A. VASSALO, 2008).

susceptibilidades profissionais relativamente segmentado, claramente associado às funções e às práticas de estudo, aliás, explícitas no uso recorrente que é dado à palavra "estudo". O valor de observação surge-nos uma vez mais enfatizado como recurso de uma actividade que tem valências, sobretudo, de natureza científica e pedagógica. Daqui decorre inevitavelmente uma dimensão profissional com um quadro dinâmico de menor autonomia e de maior predisposição social passiva, nem que seja porque de algum modo emerge como uma actividade subsidiária dos resultados de um espectro diversificado de "ciências conexas".

Se é verdade que a definição certamente não colhe o consenso, também não é menos rigoroso admitir que o referente normaliza a asserção pública da actividade e também identidade profissional do Geógrafo, que não, necessariamente, da Geografia, já que, estamos em crer, relativamente a esta última, a imagem da disciplina científica mais divulgada – e que, todavia, não é de desconsiderar para o objecto do tema em causa – decorre ainda da visão disciplinar veiculada através do sistema de ensino, ou mesmo, do que aí respigou, e vem insistentemente sendo divulgado através dos *media*. Isto é, do modo como vem sendo reconhecida pelos professores de Geografia e pela formação escolar em geral.

Independentemente do valor intrínseco e das potencialidades profissionalizantes da Geografia, seja pela sua dimensão cultural, científica ou tecnológica, que são consensualmente inquestionáveis, de facto, continua por superar o reconhecimento normativo, embora *a uma curta distância (...) o ambicionado salto que vai do ler, interpretar e avaliar o risco ao acto de riscar* (M. BANDEIRA, 2000: 64). E esta é, em nossa opinião, uma das pechas que continua a condicionar a liberalidade autónoma da actividade do Geógrafo.

Outra das vias formais para compreender a possível inserção profissional do Geógrafo no mundo do trabalho é sugerida a partir da consideração da Classificação das Actividades Económicas (C.A.E.). Para a concretização deste estudo consultamos o enquadramento da actividade, facto que adiante de afigurou mais útil quando se tratou de identificar outras profissões afins no âmbito das descrições e funções específicas que vêm sendo atribuídas ao Geógrafo.

A C.A.E. é um sistema de classificação e agrupamento das actividades económicas (produção, emprego, energia, investimento, etc.) em unidades estatísticas de bens e serviços, sendo última versão (3ª) disponibilizada desde

Janeiro de 2008⁸. Esta taxonomia utiliza uma nomenclatura com uma codificação hierarquizada em 5 níveis (atribui a cada actividade um código com cinco dígitos, que resulta da divisão das actividades em vários níveis por ordem decrescente de nível de englobamento) e adequa-se preferencialmente a uma análise sectorial das actividades económicas que têm, por sua vez, uma forte asserção no mundo do emprego e do trabalho. *Os critérios da C.A.E. são verticais, ou seja, tomam como base de análise a empresa, independentemente das funções profissionais dos seus agentes e desde que a actividade conjunta destes contribua para a produção em determinado sector de actividade*⁹, completando assim, com a taxonomia anterior, a melhor compreensão da oferta de emprego na área da Geografia, concretamente, a que é demandada aos Geógrafos.

Desta divisão de actividades foram definidas secções, subsecções, divisões, grupos e actividades específicas. Às secções¹⁰ e subsecções foram atribuídas respectivamente uma e duas letras do alfabeto, sendo a primeira letra de cada subsecção a da secção na qual se enquadra. Às divisões, grupos e actividades foram atribuídos respectivamente dois, três e cinco dígitos, sendo que cada actividade tem como três primeiros dígitos os do respectivo grupo onde se enquadra e cada grupo tem como dois primeiros dígitos os correspondentes à divisão de que faz parte. (Baseado em dados do I.N.E., 2008).

⁸ - que substituiu a versão 2.1 da mesma data do ano de 2003. Para trás dispúnhamos já da Revisão 2, de 1992, em vigor desde 1973, (*vid* Decreto-lei nº 182/93 de 14 de Maio e atualizado pelo Decreto-Lei n.º 197/2003 de 27 de Agosto). A primeira versão da classificação adaptada à realidade portuguesa, data de 1964, já que anteriormente apenas fora usada a Classificação Internacional Tipo de Todos os Ramos de Actividade Económica (CITA), publicada em 1953 e revista em 1961. A actual revisão da CAE foi determinada por um lado pela necessidade de adaptação às modificações na estrutura económica portuguesa e internacional ocorridas nas últimas duas décadas, fruto da Revolução de Abril de 1974 e da adesão de Portugal à União Europeia, por outro, pela necessidade de compatibilização com as estatísticas internacionais, nomeadamente, as comunitárias (NACE Rev.1 – Nomenclatura Estatística das Actividades Económicas na União Europeia – Revisão 1) (A. VASSALO, 2007).

⁹ - VVAA "Avaliar o Terciário nos Jornais..." *opus cit.*, Coimbra, 1990, p6.

¹⁰ - a C.A.E. define as seguintes secções fundamentais: secção A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; secção B - Pesca; secção C - Indústrias Extractivas; secção D - Indústrias Transformadoras; secção E - Produção e distribuição de electricidade, gás e água; secção F - Construção; secção G - Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico; secção H - Alojamento e restauração (restaurantes e similares); secção I - Transportes, armazenagem e comunicações; secção J - Actividades financeiras; secção K - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços; secção L - Administração pública, defesa e segurança; secção M - Educação; secção N - Saúde e acção social; secção O - Outras actividades de serviços colectivos; secção P - Famílias com empregados domésticos; secção Q - Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais. (Baseado em dados do I.N.E., 2008).

O desenvolvimento do projecto científico-pedagógico

Após o debate preliminar sobre os títulos da imprensa a eleger para o nosso trabalho, rapidamente o colectivo se apercebeu da variedade e, sobretudo, da quantidade de informação disponível, pelo que houve necessidade de adoptar critérios selectivos de praticabilidade operativa. Neste caso, havendo já um alvitre, optou-se pelo uso do jornal *Expresso*, referência dos semanários portugueses, um dos títulos de maior tiragem e consistência, com expressão em todo o território nacional, bem ainda, e muito particularmente, pelo volume dos seus anúncios *classificados*. Para além disso, são publicamente conhecidos os *encartes* especializados desta publicação dedicados ao tema do emprego, no qual pontuam as ofertas mais específicas do mercado de trabalho português¹¹.

Deste modo partiu-se da consideração dos primeiros anos que produziram licenciados em Geografia e Planeamento. Isto é, começou-se por pronunciar a intenção de cobrir os anúncios compreendidos entre 2001 e 2005, optando-se assim por estudar todas as ofertas publicadas nos cinco anos anteriores face àquele em que então nos encontrávamos (2006). Nesse sentido foram criados cinco grupos de trabalho¹², tantos quantos os anos em análise, sendo que cada um deles se deveria debruçar sobre as 52 publicações inerentes à periodicidade de um semanário.

Feitas as primeiras acareações às fontes em causa, onde propositadamente se concedeu a liberdade aos grupos de perscrutarem as regularidades dos primeiros contactos, de molde a evitar qualquer subordinação a uma ideia pré-determinada, impunha-se recolher as primeiras impressões para, depois, em debate aberto, estabelecer o quadro heurístico de base. A partir daí determinar-se-iam os campos comuns de uma promitente ficha de recolha, susceptíveis de apresentar no final do processo resultados comparáveis entre si.

De entre as primeiras peritagens iniciais tendentes à indagação da oferta de emprego especificamente dirigida a Geógrafos, ou mesmo ao anúncio de trabalho que especificamente solicitasse esta especialidade/denominação, tal como as nossas expectativas o anteviam, não foi encontrada senão e apenas uma citação, pelo que rapidamente, no contexto do desenvolvimento da investigação, mais do que uma primeira conclusão, os estudantes depreenderam da necessidade de alargar o campo

¹¹ - Mais recentemente dispõe de um serviço "on-line" com o endereço <<http://www.expressoemprego.pt/>>.

¹² - Daniela Silva, Patrícia Cerqueira, Eduarda Lopes e Telmo Cupertino (G2001); Agostinho Vassalo e Filipe Matos (G2002); Ariana Nunes, Cecília Jesus, João Matos e Marlene Gonçalves (G2003); Carlos Costa, Marlene Rodrigues e Nuno Barroso (G2004); Maria Eduarda, Marlene Dourado e Fernando Silva (G2005).

de pesquisa da oferta. Mais não fosse, havia a vantagem de poder “medir” a distância da “nossa” realidade às ofertas das formações afins.

Realizada a verificação do conteúdo dos jornais entendemos por oportuno e útil ampliar a área de estudo a todas as ofertas de trabalho e emprego qualificadas ligadas à intervenção no território, muito particularmente ao planeamento e ao ordenamento, e não somente à denominação restrita do Geógrafo. Mais do que a salvaguarda do valor didáctico do projecto afigurava-se pertinente perscrutar um domínio de oferta que, de algum modo, pudesse igualmente dar uma noção comparada da empregabilidade, ou melhor dizendo da susceptibilidade profissional do Geógrafo face a outros domínios que em tantas circunstâncias comungam do mesmo campo de trabalho, como são as áreas do saber com formação e conhecimentos similares aos das ciências geográficas.

Discutido e acordado um denominador comum relativamente à concepção da ficha de recolha (*vid* anexo I), por forma também a preservar a identidade dos relatórios e para além das idiossincrasias da aprendizagem de cada grupo, de modo a estimular a reflexão sobre o próprio processo de investigação, chegou-se a um computo de um dúzia de campos comuns de recolha de informação, deixando as demais análises e abordagens metodológicas ao critério dos grupos.

Embora cada grupo adoptasse um modelo de *Ficha de Recolha de Anúncios*, todas elas contemplavam os mesmos e seguintes campos:

- *Tipo de pedido encontrado*. Isto é, se se tratava de um apelo de Oferta ou de Procura. Tal como já acontecera com o trabalho anteriormente referido (VVAA – *Avaliar o Terciário nos Jornais...*, 1990), imediatamente se confirmou a suposta irrelevância dos anúncios de Procura de emprego/trabalho, pelo que, ainda que fosse inicialmente considerado, logo se descartou como pesquisa relevante;
- *Data do jornal*. Importava indagar quais seriam os meses mais prolixos ou rarefeitos de anúncios, ou mesmo se, por hipótese, pudesse existir algum evento com implicações directas no fenómeno;
- *Profissão desejada*. Saber se o anunciante especificava a profissão de recrutamento ou, pelo contrário, era mais difuso. Isto é, admitia mais do que uma designação especializada;
- *Nacional ou Estrangeiro*. Se o local de trabalho se destinava a Portugal, onde especificamente?! Ou saber se a oferta se destinava a outro País estrangeiro;
- *Os requisitos solicitados*. Quais seriam os requisitos mais pedidos por quem estava a anunciar.

- Para o efeito estabeleceu-se o critério das discriminações de *idade* a um conjunto de três classes etárias:
 - [18-24] anos, correspondente à maioridade¹³ e ao intervalo que abrange a maioria dos jovens recém-licenciados, altura em que estes terminam a graduação em busca do primeiro emprego.
 - [25-35] anos, é dirigido certamente aquele *naípe* de trabalhadores que se supõe ter experiência e prática profissional consolidada, admissivelmente, uma vida privada estabilizada ou com a ambição para ensaiar uma oportunidade de mudança (de actividade, emprego, promoção, desafio, etc.). Neste intervalo também foram abrangidos os estudantes que terminaram os seus estudos mais tarde, os desempregados, os que mudaram de curso ou emprego, quer por motivos de índole vocacional ou outros.
 - [35] anos, ainda que pudesse ser um grupo supostamente residual, corresponde aos adultos que, certamente, exibiriam já um trajecto de vida considerado útil para a função.
- *Zona*, num certo sentido trata-se do *locus* referente ou condicionador da disponibilidade espacial dos interessados. Sendo possível integrar no território nacional às escalas local, regional ou nacional.
- *Habilitações literárias* solicitadas: Mais do que saber o grau ou nível de habilitações, importava saber quais os requisitos académicos necessários/adequados ao leque de profissões, no plano da relação profissão/licenciatura que passamos a contemplar na recolha.
- *Carta de condução*, um dos critérios datados no tempo, hoje em dia, certamente mais suposto do que efectivo.
- *Experiência*, um item incontornável para quem lida com a oferta ao nível do que genericamente se designa por primeiro emprego. Em parte um filtro diagnóstico da importância prática na expectativa de competências. Saber *quanto é (ou não) importante a experiência na admissão ao mercado de trabalho* e podendo ter uma noção do período mínimo exigido como experiência para admissão.

¹³ - Tendo sido acordado incluir no grupo de profissões um espectro de designações alargado, este facto admitiu da nossa parte a consideração de anúncios onde o nível mínimo de habilitações literárias pudesse ser o 12º ano e não necessariamente uma licenciatura. Razão que, aliás, vem ao encontro da possibilidade de se poder inferir algo mais acerca do nível de oferta de emprego nestes ambientes de actividade.

- *Público* ou *privado*, responde a um dos enunciados mais carismáticos da natureza e do contexto de formação da própria licenciatura, nas suas primeiras edições deliberadamente orientada para uma finalidade de apoio às instituições em planeamento e gestão do território, sobretudo, aquelas que gravitam na esfera do poder local.
- Finalmente o item das *observações*, o campo aberto à necessidade de apontar todo o tipo de referências dignas de ajudarem a contextualizar o estudo.

Superado, sem surpresa, o enunciado de uma oferta exclusiva em Geografia no tocante ao título em questão, alargou-se então o espectro de pesquisa a todas as demandas profissionais qualificadas que intervêm no território, cujas áreas de trabalho afins cruzam a susceptibilidade profissional do Geógrafo e o âmbito comum da formação geográfica.

Com este propósito registre-se que o Geógrafo, de acordo com a Classificação das Actividades Económicas (C.A.E. - Rev. 3), a que o Decreto-Lei nº 381/2007, de 14 de Novembro, obrigou a adoptar a nível nacional, enquadra-se dentro da secção **M** – *Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (esta secção inclui actividades científicas, técnicas e outras actividades que requerem um grau elevado de conhecimentos e de formação, especializados), em que é possível visualizar a seguinte estrutura em escada, onde a profissão do Geógrafo se insere:

M – *Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*

72 – *Actividades de investigação científica e de desenvolvimento*

722 – *Investigação e desenvolvimento das ciências sociais e humanas*

7220 – *Investigação e desenvolvimento das ciências sociais e humanas*

72200 – *Investigação e desenvolvimento das ciências sociais e humanas:*

Compreende as actividades no campo das ciências sociais e humanas (sociologia, direito, economia, artes, filosofia, línguas, etc.) no domínio dos três tipos de investigação e desenvolvimento (experimental, aplicada e fundamental).

Diga-se, uma taxionomia útil à compreensão da inserção do domínio da Geografia nas actividades económicas, todavia, e neste contexto, excessivamente lata para ser considerada como instrumento literal de análise.

Dentro dos campos comuns estudados ficou acordado que o presente estudo consideraria com especial interesse a inclusão das profissões relacionadas directamente com o território, sobretudo, ligadas ao planeamento e ordenamento, e admitindo ainda como escolaridade mínima o 12º ano de escolaridade ou superior. Assim, assentou-se em recolher os anúncios cujas áreas pretendidas incluíssem os licenciados em engenharias: civil, ambiente, agrónoma ou florestal; arquitectos e arquitectos paisagistas; geólogos; podendo também incluir domínios técnicos intermédios como topógrafos, técnicos de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), e outros similares.

Analisado o total de anúncios no período em questão, relevar-se-ia o interesse metodológico de reter as anuidades mais relevantes e mesmo as eventuais sazonalidades das demandas, designadamente, saber quais os meses do ano em que havia maior oferta publicada. Também no plano formal, por sugestão docente, achou-se pertinente apreciar a variabilidade da importância/dimensão do anúncio. Ainda que fosse muito difícil de sistematizar esta observação dada variedade da expressão do objecto, admitiu-se, depois de um ensaio comum, que cada grupo considerasse as dimensões: grande, médio e pequeno.

De igual modo se procurou fixar quais os países estrangeiros que mais anunciavam o emprego nesta área em jornais portugueses. O desenvolvimento da pesquisa mostrou, entretanto, outras solicitudes que inicialmente não foram individualizadas, tais como o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira (qua(is)), enquanto meio facilitador de obtenção de emprego.

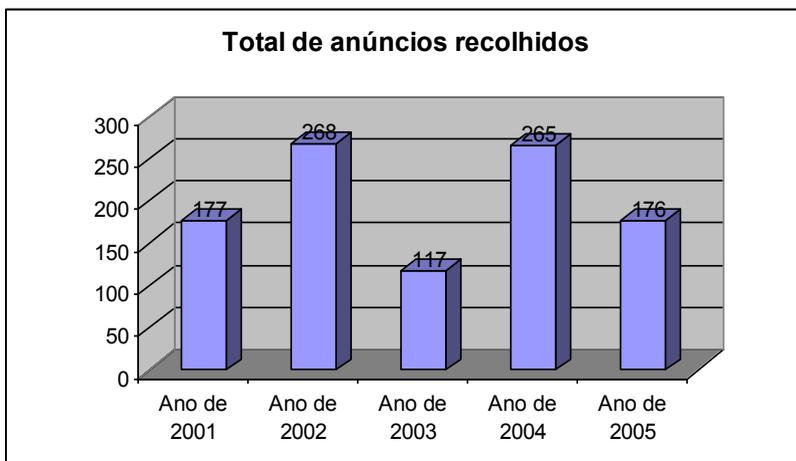
Os termos do processo

Como primeira abordagem constatamos que, ainda que o período de análise seja curto [2001-2005], é possível detectar, embora genericamente, uma variabilidade da oferta nesta esfera de interesses afins. Diríamos afins com a plena consciência do relativismo que a afirmação encerra, já que a presumida proximidade profissional das especialidades que invocamos, quiçá para alguns demasiado forçada, sempre enforma de um tipo de conexão mais ou menos difusa, mais ou menos explícita. Queremos com isto dizer que ao sustentar o raciocínio de que, *p. ex.*, a animação no sector da construção civil, embora não estando directamente relacionada com a oferta de emprego à Geografia, estamos em crer, sempre potencia

a pertinência da sua intervenção. Razão tanto mais indeclinável quando se diz, caminhamos para uma sociedade democrática e pautada por valores cívicos, desejavelmente mais exigente de diversidade e de padrões de qualidade de vida sustentados, onde a relação entre a edificação, o ordenamento/planeamento e a Geografia parece evidente. Com este pressuposto temos a certeza de que o Geógrafo desfruta de mais oportunidades para mostrar o que vale.

Com as ofertas aproximadamente intervaladas entre a centena e meia e as duas centenas e meia de anúncios por ano [117-268] (vid gráfico N° 1), temos um panorama que, de facto, não se revela por si só muito auspicioso, mesmo para um País com as dimensões do nosso. Não porque a informação seja inválida, mas porque retratando o parco conjunto da oferta de emprego nestes domínios, ainda que somente no período de formatura dos nossos primeiros licenciados, não nos concede o valor de referência para ser tomada como o indício de alguma tendência.

Gráfico 1. Total de anúncios recolhidos entre 2001 e 2005 no Jornal Semanário *Expresso*



Fonte: Jornal Semanário *Expresso* 2001-2005.

Para tal, e já não referindo que a apelação em causa se destina aos profissionais e às competências que, pela sua similitude e de um modo imediato, possam ser mais ou menos interessantes aos geógrafos, a verdade é que esta oferta é insofismável e maioritariamente dirigida aos engenheiros civis. Com efeito não nos

podemos esquecer que ela decorre muito provavelmente da coincidência no tempo com os picos de demanda que correspondem à animação gerada pelo incremento de grandes obras públicas.

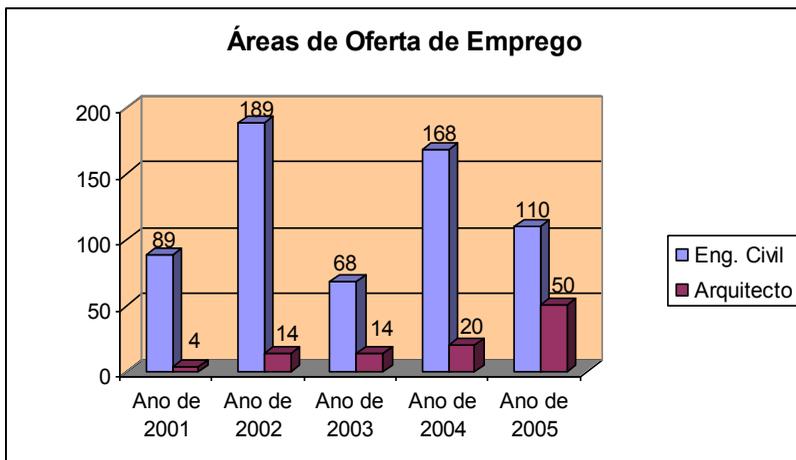
Arriscando uma interpretação muito própria diríamos que esta variação de caudal nos *classificados* deve certamente algo mais à conjuntura económica que o País viveu e às referidas obras dos eventos em curso. Recordemos a propósito o *Porto Capital Europeia da Cultura 2001*, para o qual houve necessidade de concluir vastas obras em regime intensivo de trabalhos, que não foram atempadamente concluídos, supondo-se com isso existir a razão para ter sido publicado um maior número de anúncios no ano de 2002. Ou bem assim, como a organização e a obrigatoriedade de se ter implementado um vasto conjunto de projectos e de conclusão de obras, que puseram em funcionamento em Portugal, nesse ano de 2004, o grande acontecimento do *Europeu de Futebol*.

Primeiro com a programação, depois com a fase de projecto e preparação do evento, depois, naturalmente, com o decorrer dos próprios certames e, mais tarde, com o rasto e os processos de readaptação dos espaços, podemos enfim entender a relação, não necessariamente concomitante, entre os períodos de maior oferta de emprego com as datas de referência. Diga-se que o ano de 2004, devido à necessidade de conclusão de importantes infra-estruturas e mesmo de outras produções, obras e serviços indirectos, teve fortes implicações no aumento do número de anúncios, seguramente, por via da necessidade de mais mão-de-obra.

De facto, e face aos critérios admitidos, somos obrigados a constatar que a grande maioria dos anúncios encontrados são dirigidos aos licenciados em engenharia civil, reflectindo assim a variabilidade do próprio universo considerado. Curiosamente, na segunda posição mais pedida, ainda que bem atrás, surgiriam os arquitectos (*vid* gráfico N° 2). Contudo, e neste caso, há por notável o registo de uma variação crescente da oferta à arquitectura, de cerca de cinco vezes mais no correr dos cinco anos, que sempre nos pode induzir a admitir, talvez, a interiorização social de um maior nível de exigência no que toca, sobretudo, ao enfoque qualitativo das intervenções e também a uma eventual maior apetência pelas escalas de integração do território.

No entanto, no ano de 2001, a 2ª profissão mais solicitada foi a de Geólogo, com 5 anúncios, logo seguida das de Arquitecto, Engenheiro Agrónomo e Engenheiro do Ambiente, todas com 4 anúncios, mas tratam-se de números residuais se pensarmos que estes se referem ao ano inteiro.

Gráfico 2. Áreas de ofertas de emprego recolhidos nos anúncios entre 2001 e 2005



Fonte: Jornal Semanário *Expresso* 2001-2005.

Por outro lado, mais por curiosidade do que por constituir o enunciado de um problema, procuramos na série analisada observar a sazonalidade dos anúncios publicados. Também neste caso verificamos que não há de facto uma coerência absoluta entre os anos considerados, embora os meses de Fevereiro e Julho pareçam ser aqueles em que os valores dos anúncios publicados são mais elevados, coincidindo, neste aspecto, os mesmos meses nos anos de 2002 e 2005. O mês de Dezembro é também, dos 5 anos de análise, um dos meses do ano em que encontramos uma maior frequência de ocorrências. Pelo contrário, os meses de Agosto e de Novembro parecem corresponder ao período de menor número de ofertas, embora por razões diferentes, mais verosímeis no que toca ao mês de Verão pelo facto de constituir o período de férias para a maior parte das pessoas, e mais insondáveis no penúltimo mês do ano, possivelmente pela suposição de se poder tratar do período anual dos balanços contabilísticos.

No que concerne à oferta de emprego solicitada para o estrangeiro relativa a todos os anos estudados, é Angola o país estrangeiro que mais quantidade de anúncios tem presente neste semanário nacional, seguido de outros países de língua portuguesa. O passado colonial e o crescente investimento de empresas portuguesas em África, sobretudo, nos sectores mais directamente ligados à reconstrução das

infra-estruturas e equipamentos destruídos durante a guerra pós-colonial, associado seguramente à facilidade da língua, tem contribuído para a captação de mão-de-obra qualificada. Ao contrário, da parte dos países da União Europeia as ofertas de emprego publicadas nas áreas em questão são irrelevantes.

Já para Portugal, a maioria dos anúncios em todos os anos de análise é de âmbito nacional, reunindo um peso de cerca de 75%. Nos anúncios onde se especifica a *zona* pretendida, reconhecemos na área da grande Lisboa o maior volume de oferta de emprego, seguida da área metropolitana do Porto. No entanto, nos anos de 2001 e 2003, o *centro* assumia-se como a 2ª *zona* com um maior número de anúncios de oferta de emprego.

Analisando as habilitações literárias requeridas verificamos que em todos os anos considerados os anunciantes dão preferência a candidatos com habilitações mínimas ao nível da licenciatura, i.e., cerca de 92%, seguido do 12º ano, com cerca de 4%, e por fim, como o Mestrado e o Doutoramento, cerca de 2% cada. Neste contexto o ensino pós-graduado em termos profissionais liberais auferir de uma presença residual.

O conhecimento e domínio das línguas estrangeiras têm vindo a ganhar crescente protagonismo entre os diversos requisitos adicionais da oferta de emprego, em particular, da língua inglesa. Verificamos que a maioria dos anúncios publicados não faz qualquer referência a este critério (c. de 80% dos anúncios). No entanto, aqueles que o fazem dão preferência aos candidatos com conhecimentos de Inglês (c. de 15%), seguido do Francês (3%) e do Espanhol (2%). Todavia, ficamos com a percepção de que este critério traduz da parte dos ofertantes uma expectativa implícita, já que entendemos, estes supõem que os graduados com o perfil de licenciado disponham de conhecimentos correntes de pelo menos uma língua estrangeira, sendo que essa ideia se reporta principalmente à língua inglesa, que é aceite consensualmente como a língua franca da actualidade.

O critério da carta de condução segue um pouco a mesma abordagem do anterior requisito. Também hoje em dia já ninguém questiona sobre o facto de se dispor de licença para conduzir veículos motorizados ligeiros, pois trata-se de um pressuposto admitido pelo senso comum. A sua omissão em 95% dos anúncios não significa, porém, que seja um quesito irrelevante, pois sabendo-se estar interiorizados os modos de vida urbanos, sobretudo, por parte da população universitária, partindo-se do princípio que a mobilidade motivada pelo trabalho, tão comum, sobretudo, no

sector terciário, afecta toda a gente. Isto é, admite-se que quem procura emprego deve possuir carta de condução.

A idade ou o escalão etário pretendido pelos empregadores é um dado informativo de capital importância para o conhecimento do quadro de referências fundamentais da empregabilidade dos graduados em Geografia. Uma grande percentagem dos anúncios não especifica a idade pretendida (c. de 60%), porém, aqueles que o fazem, demonstra preferência pelo escalão etário situado no intervalo dos 25-35 anos, seguido do escalão 18-25 anos. Em nosso entender este resultado introduz de um modo tácito, ainda que por exclusão de partes, a importância do valor da experiência adquirida.

No entanto, como o afirmamos anteriormente, experiência pedida mereceu-nos a consideração de ser tomada como um dos critérios a ter em conta. Constatamos que cerca de 60% dos anúncios dos anos estudados não fazem qualquer referência a este quesito. Apenas alguns deles (c. de 15%), sobretudo nos anúncios destinados aos engenheiros civis, solicitam destrezas na área de Informática (especialmente o domínio do *AutoCad*¹⁴, *GPS*, etc.) e, cerca de 25%, pedem conhecimentos na área específica à qual o próprio anúncio se reporta. Neste caso, é sem surpresa, que confirmamos que a maioria pede experiência na área de engenharia civil.

A oferta de emprego expectante no sector público por parte de uma percentagem significativa de estudantes e, também, diga-se, no plano conceptual do horizonte de empregabilidade que presidiu à criação do curso de Geografia e Planeamento¹⁵ – os pareceres institucionais externos de então também corroboravam esta ideia – vêm de uma forma convergente confirmar que as autarquias, e a perspectiva/necessidade destas investirem no ordenamento e planeamento do território, constituía uma saída profissional que ficou aquém das expectativas de desenvolvimento do País. Originária do semanário *Expresso* era admissível que a oferta pudesse ser mais diversificada entre sector público e privado. No presente estudo logo se percebeu quanto essa suposição já não fazia sentido, uma vez que cerca de 95% dos anúncios publicados ao longo de todos os anos do espectro analisado procede de entidades privadas. Ainda que admitamos que as entidades públicas recorram a outros meios e a outros órgãos da comunicação social, como é o

¹⁴ - programa informático do tipo "desenho assistido por computador".

¹⁵ - o respectivo Plano de Estudos foi aprovado pelo Despacho da Reitoria da Universidade do Minho RT/C-108/96 – Resolução do Senado Universitário SU25/95 de 24 de Julho e publicado no Diário da República, II Série, N° 130, de 4 de Junho de 1996.

hábito de nos diários e imprensa local para anunciar, a proporção detectada é suficientemente concludente para confirmar a supremacia do domínio privado no recrutamento mais disseminado e liberal do sector.

Por fim um último apontamento quanto à variabilidade formal do tipo de anúncios publicados. Ou seja, ainda que, mais pela curiosidade do que pelo risco, importa avaliar o domínio subjectivo do tamanho/dimensão do anúncio, enquanto factor de relevância ou de prioridade inculcada pelo próprio anunciante à oferta. Trata-se antes de mais de um critério que não foi adoptado por todos os grupos de trabalho, facto que desde logo limita a análise comparativa. No entanto, de entre os grupos que o fizeram pode-se verificar que cerca de metade dos anúncios publicados são considerados de tamanho médio, logo seguidos de anúncios tidos de tamanho pequeno. O anúncio às profissões e actividades mais directamente relacionadas com o território, por esta amostragem, parece encaixar-se nos parâmetros convencionais dos demais anúncios.

Uma referência conclusiva

O recurso à imprensa como fonte de informação sistemática concernente à perscrutação do tema tão caro aos estudantes como é o das *saídas profissionais*, numa sociedade aberta e moderna como é aquela que se pretende, pode-se considerar como um indicador que nos dá garantias de fiabilidade quanto ao estado do mercado da oferta de emprego. Porquanto resultando da *livre iniciativa* e da *sociedade de mercado*, traduz espontaneamente a conjuntura socioeconómica dos propalados tempos que vivemos. Isto é, o detalhe do perfil solicitado pelo empregador e outras *nuances* relativas ao processo final de recrutamento de recursos humanos, tais como avocámos, o exemplo ilustrativo do prestígio relativo das profissões.

O uso da imprensa como fonte documental, o pretexto e a exigência dos trabalhos práticos da disciplina do 3º Ano de *Geografia das Actividades Terciárias* (2006/07) e por último a utilidade dos estudantes de Geografia e Planeamento em reflectirem sobre o próprio curso e o problema das *saídas profissionais*, foram os pontos de partida para o desenvolvimento de um ensaio científico-pedagógico com resultados necessariamente dispare, todavia gratificantes.

Desde logo pelo factor motivacional e o sucesso didáctico que envolveu dezasseis estudantes da licenciatura, num processo de elevada solicitação de

autonomia e centrado na aprendizagem da investigação científica. Depois pela própria oportunidade em proceder, dentro das contingências da própria crítica de fontes, à desconstrução reflectida sobre toda uma bateria de enunciados, ideias feitas e até suposições que, ora precisavam de ser confirmadas, ora rejeitadas.

Explorada com sucesso as virtualidades e as limitações de uma fonte como é o semanário *Expresso* em matéria de oferta de emprego e avaliada que foi a exaustividade, disseminação e centralidade desta publicação, pode-se, sobretudo, apreciar o potencial informativo e polissémico dos suportes da análise. Ou seja, os anúncios, que todavia demonstraram mais possibilidades heurísticas do que inicialmente se supunha, revelando informação substantiva útil para outros fins e objectos de estudo.

É certo, porém, que o enunciado primordial da pesquisa, *i.e.*, a oferta de emprego aos Geógrafos, sai defraudada perante mesmo as expectativas mais pessimistas, ao ponto de ter imposto uma rectificação de trajectória do objecto de estudo de modo a não comprometer o imperativo do projecto. Mas esse fim há que assumi-lo, é o resultado da busca de rigor do próprio processo. Não se trata de defeito da fonte ou do método perseguido, mas, como se sabe, decorre antes de diversos factores que se distribuem entre o plano dos equívocos/tensões da missão das universidades e o plano do processo de afirmação sócio-profissional do Geógrafo.

Se é verdade que este praticamente não existe como exclusivo na oferta do mundo liberal do trabalho, não é menos despiciendo observar o comportamento relativo às demais formações, que pela sua contiguidade ou proximidade ao labor geográfico podem também constituir um suporte de informação aos Geógrafos quanto às pistas que se revelam mais promissoras e aos domínios onde é preciso evoluir e transformar. Não é simples, mas vale a pena reflectir sobre isso, até, porque, não nos esqueçamos, muitos dos demais ofícios são protegidos por foros e privilégios corporativos. Ou seja, importa saber como a partir da inexistência de oferta liberal de emprego no campo específico da Geografia se chega ao desafio concorrencial dos profissionais de formações afins.

Por outro lado também é sabido que as demais profissões indexadas às formações com finalidades comuns não dispõem de um posicionamento fixo ou imutável no mercado, pelo que o interesse de estudar uma visão sectorial alargada é antes de tudo um imperativo à sustentação de qualquer visão estratégica que seja.

A realização deste trabalho, como reconhecia o relatório parcelar do co-autor discente do presente texto, permitiu alertar, especialmente os futuros licenciados em Geografia e Planeamento para *questões pertinentes, tais como, onde procurar emprego, como o procurar, quais os requisitos pedidos e exigidos, técnicas e métodos de procura, a consciencialização para a dificuldade em que se encontra hoje o mercado de trabalho, a confirmação e o defraudamento de algumas expectativas criadas pelo conhecimento de senso comum que existia antes em nós, a abrangência de actividades ligadas ao ordenamento do território e o papel e alcance da profissão de Geógrafo, bem como, a sua classificação, de entre outras* (Vassalo, A. et al., 2007: 24).

Por fim e em síntese, daquelas que podem ser consideradas como as principais regularidades extraídas do presente estudo e que se fixaram na indagação da oferta de emprego aos profissionais das áreas afins e contíguas às do geógrafo, publicada no Semanário *Expresso*, relativas ao quinquénio de 2001/05, pode-se dizer que, embora não tendo sido encontrado senão uma menção explícita a Geógrafo, foi possível reunir um total de 1003 anúncios, todos demandados pelo sector privado, os quais variam entre um mínimo de 117 e 268 ao ano.

Os meses de Fevereiro, Julho e, talvez, Dezembro, serão os de maior animação da oferta, ao revés de Agosto e Novembro que, neste contexto, podem ser vistos como os meses mais fracos para se procurar emprego.

A maioria absoluta dos anúncios destina-se ao continente nacional, sobretudo, para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, sendo o contingente destinado às ilhas meramente residual. No contexto internacional, se há sinais auspiciosos vindos dos Países africanos de língua portuguesa, sobretudo, Angola, da Europa não chega nada por esta via.

O perfil do(a) nosso(a) pretendido(a) especialista qualificado(a) para a intervenção no território é licenciado(a) em engenharia civil, seguido de longe pelo(a) arquitecto(a) que, todavia, tem vindo a ser crescentemente procurado(a). Ainda que não pareça determinante a idade, quando esta é mencionada, a preferência recai claramente no intervalo dos [25-35] anos, significando com isso a valorização da experiência profissional. Contudo saiba-se que mais de metade das publicações não exige qualquer experiência, sendo que os anúncios que o fazem exigem um mínimo de três anos de actividade.

Por outro lado há também o domínio do que não é solicitado, mas é, todavia, subentendido. Isto é, percebe-se claramente as vantagens que advêm da

disponibilidade de possuir carta de condução, domínio da língua materna e de línguas estrangeiras, em particular o inglês, bem ainda, como algumas competências informáticas transversais.

Por fim, e em jeito de conclusão, podemos admitir que o presente testemunho revela que a profissão e a empregabilidade do Geógrafo precisam ainda de ser muito laborados e divulgados. É certo que a crise económico-financeira não tem ajudado, mas também é verdade que a relação directa entre os baixos índices de desenvolvimento e de ordenamento do território com o baixo número de Geógrafos activos dá que pensar. Também é certo que os ciclos de execução de grandes obras públicas promovidas pelo Estado não têm tido efeitos na empregabilidade do Geógrafo, mas há que continuar a pugnar por uma afirmação sócio-profissional positiva e que, todavia, deverá sempre rejeitar os corporativismos autistas de quem somente está à espera que as coisas aconteçam. Temos consciência que, mais do que o muito trabalho que há a fazer em prole deste designio, que não depende somente da conjugação de voluntarismos e da difusão dos bons exemplos, necessitamos de consolidar uma massa crítica que hoje é sabido ainda é manifestamente insuficiente.

Braga, 1 de Dezembro de 2008

Fontes e Documentação

EXPRESSO (2002) - “Caderno de Emprego”. Jornal *Expresso*, Ed. Nº 1523-1574, Lisboa.

IAPMEI (2007) - “Classificação das Actividades Económicas”. Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas. Página consultada em 2 de Abril de 2007, <<http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=1418#>>.

IAPMEI (2007) - “Decreto-Lei n.º 197/2003 de 27 de Agosto (da publicação em Diário da República) que actualiza o DL n.º 187/93 de 24-05 e Decreto-Lei nº 182/93, de 14 de Maio”. Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas. Página consultada em 2 de Abril de 2007, <<http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=1418#>>.

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (s. d.) - *Perfil da Procura de Emprego na Área de Influência do Centro de Emprego de Braga*. IEFP, Delegação Regional do Norte, Centro de Emprego de Braga.

- INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÓMICOS (1998) - *Empresas em dificuldade – Actuações para o Fomento do Emprego*. Observatório do Emprego e Formação Profissional, IEFP, Lisboa, Ed. Outubro de 1998. ISBN 972-732-482-7.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2007) - “Nomenclatura das Profissões e da CNP-1994”. INE, Lisboa. Página Consultada em 20 de Abril de 2007, <<http://www.ine.pt/prodserv/nomenclaturas/profissoes.html>>.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2007) - “Tabela da Classificação Nacional de Profissões – 1994”. INE, Lisboa. Página Consultada em 20 de Abril de 2007, <http://www.ine.pt/prodserv/nomenclaturas/cnp1994.asp>
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2008) - “Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, revisão 3, versão V00554”. INE, Lisboa. Página Consultada em 12 de Dezembro de 2008, <http://metaweb.ine.pt/SINE/UIInterfaces/SINEVers_Cat.aspx>.

Relatórios no âmbito da Disciplina de Geografia das Actividades Terciárias

- COSTA, C.; RODRIGUES, M.; BARROSO, N. (2007) - “Relatório s/ título referente ao ano de 2004”. (policop.), Universidade do Minho, Geografia das Actividades Terciárias, Guimarães, 2007, 77pp.
- EDUARDA, M.; DOURADO, M.; SILVA, F. (2007) - “Recolha do Anúncios de Jornal Expresso do ano de 2005 no âmbito do Ordenamento do Território”. (policop.), Universidade do Minho, Geografia das Actividades Terciárias, Guimarães, 2007, 21pp.
- NUNES, A.; JESUS, C.; MATOS, J.; GONÇALVES, M. (2007) - “Classificados de 2003 relacionados com o ordenamento do território”. (policop.), Universidade do Minho, Geografia das Actividades Terciárias, Guimarães, 2007, 28pp.
- SILVA, D.; CERQUEIRA, P.; LOPES, E.; CUPERTINO, T. (2007) - “Empregabilidade na área de Geografia e Planeamento – Jornal Expresso – Ano de 2001”. (policop.), Universidade do Minho, Geografia das Actividades Terciárias, Guimarães, 2007, 22pp.
- VASSALO, A.; MATOS, F. (2007) - “Ofertas de Emprego em Ordenamento do Território publicadas no jornal *Expresso*: ano 2002”. Guimarães, 2007 (policop.), 36pp.

Bibliografia

- BANDEIRA, M. S. (2000) - "Glosa a uma geografia prudente para um território decente".
Revista da Associação de Professores de Geografia, N^{os} 19/20, Mar./Set.00,
Lisboa, pp59-65.
- CAPEL, H.; URTEAGA, L. (1988) - "Las Nuevas Geografias". Aula Aberta, Salvat,
Barcelona, Salvat Edit's, ISBN 84-345-7801-8.
- CLAUDINO, S.; OLIVEIRA, A. R. (2005) - *Modelos de Formação Inicial de Professores de Geografia: A Experiência em Portugal e Brasil*. Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciencias Sociales, *Biblio 3W*, (serie documental de *Geo Crítica*)
Universidad de Barcelona, Vol. X n^o 588, 10 de Junio de 2005, ISSN: 1138-9796. Depósito Legal: B. 21.742-98.
- CRAVIDÃO, F. (2007) - "Ensino da Geografia: novas competências, novos desafios". IV Congresso da Geografia Portuguesa: Pensar e intervir no território – uma Geografia para o desenvolvimento, Associação Portuguesa de Geógrafos.
"Webpage" consultada a 5/V/2008
<www.apgeo.pt/files/Fernanda_Cravidao_Herculano_Cachinho.doc>.
- LACOSTE, Y. (1976) - *La géographie, ça sert d'abord à faire la guerre*. François Maspéro / petite collection maspero, Paris, 1976, 190 pp.
- MADEIRA, L. C. (2007) - "Classificação Nacional de Profissões", *MT/SEE, Classificação Nacional de Profissões – versão 1980*. Lisboa, SICT, 1980.
Página consultada em 20 de Abril de 2007,
<<http://luiscarlosmadeira.wordpress.com/2007/01/05/geografo-classificacao-nacional-de-profissoes/>>.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes (1997) - *Sociologia das Profissões*. Celta Editores, Oeiras. ISBN: 972-8027-84-2.
- SALVADOR, R. (1999) - "Geografia e Economia: Um casamento de conveniência".
Geolnova – Número 0, Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: 135, ISSN 0874-6540.
- SANTANDRE, J. et al. (2001) - *Desapontamentos entre a procura e a oferta de emprego registadas no IEFP: Estudos e análises*. IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Lisboa, Ed. OEFEP, ISBN: 972-732-769-9.
- TEIXEIRA, A.; PESTANA, N.; BOGALHO, P. (1997) - *Profissões. Guia de Caracterização Profissional*. Ministério para a Qualificação e o Emprego, Direcção-geral do

Emprego e Formação Profissional, Lisboa, Vol. I, Ed. DGEFP. ISBN: 972-8312-14-8.

TEIXEIRA, A.; PESTANA, N.; BOGALHO, P. (1998) - *Profissões. Guia de Caracterização Profissional*. Ministério para a Qualificação e o Emprego, Direcção-geral do Emprego e Formação Profissional, Lisboa, Vol. II, Ed. DGEFP. ISBN: 972-8312-24-5.

VVAA, PACHECO, E.; NEVES, F.; SANTOS, G.; FERNANDES, M. e BANDEIRA, M. (1990) - "Avaliar o Terciário nos Jornais" – relatório de Seminário *Demogeografia Portuguesa* do Mestrado em Geografia Humana da FLUP, (policop.), sob orientação de F. Delgado Cravidão; FLUP, Coimbra, 1990, 50pp.

VASSALO, A. (2008) - "Expectativas e realidades de um licenciado em Geografia e Planeamento: O caso da oferta de emprego na comunicação social e nos sistemas de monitorização da instituição formadora". Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Licenciatura em Geografia e Planeamento, Trabalho de Seminário com Relatório de Investigação (orientação Miguel Bandeira) (policop.), Guimarães, 2008, 139pp.

“GEO-WORKING PAPERS” – NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. Os “GEO-Working papers” encontram-se abertos à colaboração científica no domínio da Geografia e disciplinas afins.
2. Os “GEO-Working papers” são constituídos por duas séries: Série Investigação e Série Educação.
3. Os “GEO-Working papers” publicam artigos em português, francês, inglês e espanhol.
4. As opiniões e conceitos emitidos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.
5. Os originais submetidos serão apreciados pela comissão editorial, que pode recorrer a especialistas das áreas científicas a que os textos se referem, reservando o direito de aceitação dos mesmos.
6. É aos autores que cabe obter autorização para reproduzir material sujeito a direitos de autor.
7. Os “GEO-Working papers” são publicados em papel, estando, simultaneamente, disponíveis on-line.
8. Os artigos devem apresentar uma dimensão entre 10 e 25 páginas A4, incluindo a bibliografia e as figuras e quadros.
9. Normas para a apresentação de originais:
 - 9.1. Os originais submetidos a apreciação, deverão ser enviados unicamente em formato digital, com a seguinte formatação: letra Arial, a 1,5 espaços, corpo 11 e com margens de 2,5 centímetros. Deverá constar juntamente um resumo que contenha o essencial do artigo (cerca de 700 caracteres para o resumo na língua do artigo e 2000 caracteres para o resumo noutra língua - português, inglês ou francês), além de palavras-chave nas duas línguas.

9.2. Os originais devem conter, em nota de rodapé na 1ª página, o endereço profissional do(s) autor(es), o cargo e instituição a que pertence(m), número de telefone, fax e e-mail.

10. Normas para a bibliografia:

10.1. Na bibliografia devem estar presentes todas as referências citadas no texto e somente estas. As referências bibliográficas deverão ser elaboradas em função dos modelos seguintes:

BURROUGS, B. (1999) – Development and urban growth. in D. Peters (ed.), *Unequal partners*, AAST Press, London.

ROGERS, A.; TAYLOR, N.; GOLDSMITH, G. (1998) – *The politics of rural environments*. Hutchinson, London.

SARAIVA, A.; PIRES, J.; MOREIRA, V. (2002) – Recomendações para a protecção e estabilização dos cursos de água. *Revista da Faculdade de Ciências*, 21(2), Lisboa: 187-222.

10.2. O apelido dos autores citados no texto deverá ser escrito em maiúsculas, sem sublinhado, seguido do ano de publicação. Quando forem citados em bibliografia dois ou mais autores com o mesmo apelido, dever-se-ão incluir as iniciais do primeiro nome. Se existirem mais de dois autores, citar-se-á só o primeiro seguido de *et al.*

11. Os autores dos artigos receberão 5 cópias do “GEO-Working papers”.

Envio de correspondência para:

GEO-Working papers

Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento

Instituto de Ciências Sociais

Universidade do Minho

Campus de Azurém

4800-058 Guimarães

tel. 351-253-510560

fax 351-253-510569

e-mail: geowp@geografia.uminho.pt ou vieira@geografia.uminho.pt